



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

03/06/2015 ATÉ 03/06/2015



INDÍCE

| | | |
|---|-----------------------------|---|
| 1 | CASAMENTO COMUNITÁRIO | |
| | 1.1 SITE JUSBRASIL..... | 1 |
| 2 | DECISÕES | |
| | 2.1 SITE IDIFUSORA..... | 2 |
| 3 | DESEMBARGADOR | |
| | 3.1 SITE CNJ..... | 3 |
| 4 | ESMAM | |
| | 4.1 SITE CNJ..... | 4 |
| 5 | PONTO FACULTATIVO / FERIADO | |
| | 5.1 G1 MARANHÃO..... | 5 |
| 6 | PRECATÓRIOS | |
| | 6.1 IMIRANTE.COM..... | 6 |

Comércio e supermercados vão funcionar no feriado, em São Luís

*

Lojas poderão funcionar no feriado em São Luís

(Foto: Biaman Prado / O Estado)

Supermercados e o comércio vão funcionar no feriado de Corpus Christi, nesta quinta-feira (4), em São Luís. Os supermercados vão ter expediente normal, de 7h30 às 22h, segundo a Associação Maranhense de Supermercados (Amasp). Já o comércio funciona em horário reduzido, conforme a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL): lojas de rua poderão funcionar das 8h às 14h e as de shopping centers das 14h às 20h. O funcionamento é permitido pelo uma convenção coletiva de trabalho, assinada entre funcionários e empregadores.

Durante o feriado, o Pátio Norte Shopping, Shopping da Ilha, São Luís Shopping e Rio Anil Shopping permanecem fechados pela manhã, mas alguns serviços como praças de alimentação, cinemas e parques infantis começam a funcionar, a partir do meio-dia. Lojas e quiosques estarão abertos a partir das 14h.

Já no Jaracati Shopping e Tropical Shopping, lojas, quiosques e agência dos Correios estarão fechados durante todo o dia.

Bancos

As agências bancárias estarão fechadas nesta quinta-feira, conforme informa a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e voltam a funcionar na sexta-feira (5). Clientes podem, no entanto, contar com canais alternativos de atendimento bancário, como caixas eletrônicos.

Contas de consumo (água, energia, telefone e etc.) e carnês vencidos podem ser pagos no dia seguinte, sem acréscimos.

Ponto facultativo

No Judiciário, o Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, mantém plantões Cível e Criminal para atender os casos considerados de natureza urgente. Na sexta-feira, não haverá expediente em São Luís e comarcas do interior.

E a Prefeitura de São José de Ribamar (Região Metropolitana de São Luís) decretou ponto facultativo na sexta-feira. O expediente nos órgãos da administração municipal será retomado na próxima segunda-feira (8). Serviços essenciais mantêm plantão.

TJ anuncia liberação de precatórios e intima beneficiários idosos

SÃO LUÍS - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, anunciou nesta quarta-feira (3), durante a abertura da sessão do Órgão Especial, a retomada do pagamento de precatórios pelo Poder Judiciário. A liberação dos valores foi iniciada pelos beneficiários preferenciais, dentre os credores de dívidas judiciais do Estado do Maranhão.

Segundo a presidente, com o repasse feito pelo Executivo estadual no final do mês de maio, foi possível retomar o pagamento dos precatórios, que deverá ser feito conforme a disponibilidade financeira.

"A cada mês será pago um lote, com início pelos precatórios de natureza alimentar e, dentre esses, os preferenciais por doença e idade, como determina a lei", frisou.

Segundo o juiz auxiliar da presidência, Roberto Abreu, após a liberação dos recursos para pagamento dos precatórios, foram analisados mais de 5 mil processos referentes às dívidas do Estado, e dentre esses, foram identificados aproximadamente 530 em condição de preferência.

"A lista de pagamento dos precatórios será movimentada e atualizada, conforme os pagamentos preferenciais forem feitos. A cada nova publicação, a lista é reordenada, sendo retirados os beneficiários que já receberam preferencialmente", explicou o juiz.

A lista dos credores de precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, referentes aos exercícios de 2012 a 2015, com a pauta de pagamento por ordem cronológica de apresentação dos requerimentos, pode ser consultada no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br).

Nos próximos dias, o Tribunal deverá publicar a lista dos credores do município de São Luís, que está em fase de finalização da ordem de pagamento.

IDOSOS - A presidente do TJMA também assinou, na última terça-feira, o Edital de Intimação (nº 7/2015), com prazo de vinte dias, de 55 beneficiários classificados como preferenciais por idade, na lista de credores do Estado, publicada no mês de maio deste ano.

Para o recebimento dos créditos, as pessoas intimadas no edital deverão apresentar documentos comprobatórios da idade - a partir de 60 anos - e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sob pena de exclusão da lista, tendo em vista a ausência nos autos da prova da condição de idoso.

O edital será publicado no Diário da Justiça eletrônico e na página dos precatórios no portal do Poder Judiciário, para consulta pelos interessados. Em caso de dúvidas, o beneficiário poderá se dirigir à Coordenadoria de Precatórios (na sede do Tribunal de Justiça, na Praça Pedro II, Centro).

262 servidores do TJBA são treinados para atuar no 1º grau em Salvador

Prossegue até quarta-feira (03/06), o treinamento dos 262 servidores do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) que atuarão em Regime Especial de Trabalho na Comarca de Salvador. Por determinação da Portaria 5/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça, os funcionários desempenharão suas atividades nas 20 varas com maior acúmulo de acervo processual na capital baiana até o dia 19 de dezembro de 2015. Conforme o planejamento enviado pelo tribunal baiano à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o deslocamento dos servidores do segundo para o primeiro grau da Justiça baiana tem o objetivo de “promover o saneamento físico e operacional das Varas Judiciais da Comarca de Salvador”.

O treinamento foi aberto nesta segunda-feira (1/6) pelo corregedor-geral do TJBA, desembargador José Olegário Monção Caldas, que ressaltou a necessidade de ajudar o primeiro grau, sobretudo nas atividades cartorárias. No primeiro dia de atividades, os servidores assistiram à uma palestra sobre planejamento com o consultor Kau Mascarenhas.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), representa a corregedora nacional, ministra Nancy Andrighi, no acompanhamento do início das atividades no Regime Especial de Trabalho. Relatórios periódicos, com dados e frequência, serão enviados à Corregedoria do CNJ para verificação do cumprimento do disposto na Portaria 5/2015. Além disso, visitas in loco serão feitas para fiscalizar o andamento das atividades.

Plano de distribuição - A decisão de deslocar temporariamente os servidores do segundo para o primeiro grau no âmbito do TJBA foi anunciada no início de maio pela ministra Nancy Andrighi. Em consonância com a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pelo CNJ por meio da Resolução 194/2014, a iniciativa tem o objetivo de assegurar maior eficiência administrativa e maior celeridade na tramitação dos processos no Judiciário baiano.

De acordo com o Plano de Distribuição de Servidores da Corregedoria-Geral do TJBA, os 262 atuarão divididos em vinte grupos de trabalho sob a coordenação juízes Moacir Pitta e Socorro Habib e o comando geral da desembargadora Maria de Lourdes Madauar.

Cada grupo será composto de, pelo menos, dez servidores que trabalharão no saneamento dos atos cartorários, entre eles: publicação no Diário de Justiça; certificação da publicação; expedição de mandados e ofícios; juntadas de documentos; encaminhamentos de processos para o segundo grau de jurisdição; e baixa processual.

Entre os 20 grupos de trabalho, nove atuarão nas Varas Cíveis, cinco nas Varas Criminais e seis nas Varas de Família. Entre as unidades contempladas pela medida na Comarca de Salvador estão as dos Feitos Relativos Às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais; as de Família, Sucessões órfãos, Interditos e Ausentes; as dos Feitos Relativos aos Crimes contra a Criança e Adolescentes; as de Tóxicos; as de Violência Doméstica; as do Júri; e as de Execução Penal.

Além do deslocamento dos servidores para o primeiro grau, a Portaria 5/2015 prevê a instalação de uma Central de Mandados da Capitação, estruturada a partir da realocação de oficiais de Justiça da capital, e a realização de mutirões com estudantes voluntários para a baixa e o arquivamento dos processos encerrados,

juntada de petições e documentos e outros trabalhos.

Os estudantes que participarem dos mutirões por mais de três meses receberão certificado expedido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Judiciário treina mediadores para o centro de conciliação da Facam

Mais 30 conciliadores concluíram, na última sexta-feira (29/5), o curso de formação em conciliação ofertado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) em parceria com a Faculdade do Maranhão (Facam), em São Luís. O curso teve alto índice de procura, com 128 inscrições excedentes. O resultado motivou a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento da ESMAM a organizar novas turmas para a formação de conciliadores.

No encerramento, o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupecon), destacou o alcance social das parcerias mantidas com as faculdades de Direito para ampliar o projeto dos centros de conciliação no Estado. Ministrado pelos capacitadores Washington Souza Coelho e Maria Isaete dos Santos Barreto, o curso teve duração de 30 horas. Participaram 15 servidores do Poder Judiciário e 15 alunos do Curso de Direito da Facam.

Bradesco tem que indenizar cliente "tratado como morto"

O Bradesco foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, a um cliente de São Luís. A decisão unânime da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi favorável ao correntista, beneficiário do INSS, que teve a conta bloqueada e disse ter sido "tratado como morto" na agência. O órgão colegiado manteve a sentença de primeira instância. O relator, desembargador Ricardo Duailibe, disse que o valor da condenação deve ser estabelecido em patamar que garanta à parte credora uma reparação pela lesão experimentada, bem como implique àquele que efetuou a conduta reprovável impacto suficiente para dissuadi-lo da repetição de situação semelhante. Os desembargadores Maria das Graças Duarte e Raimundo Barros concordaram com o relator e também mantiveram a indenização em R\$ 20 mil, votando contra a apelação do Bradesco, considerando-se a natureza do dano pela impossibilidade de movimentação da conta do cliente e a resistência do banco em atender a ordem judicial de desbloqueio, retardando por seis meses o impedimento. DEBOCHADA - De acordo com síntese apresentada pelo relator, o cliente possui conta corrente na agência Cohab do Bradesco, desde 2006, para depositar e transferir seus benefícios recebidos numa conta originária do INSS. Conta que, em 16 de maio de 2013, depois de o representante legal do apelado ter informado ao gerente que a conta estava bloqueada e que tinha intenção de realizar transações, teria sido impedido e, de forma debochada, teria ouvido que o titular tinha falecido e que se tratava de um golpe. Prossegue dizendo que, depois de explicar o ocorrido, seu filho levou o titular da conta à instituição bancária, onde esperaram inutilmente por atendimento a ser realizado pela gerente geral da agência. Diante da necessidade de levantar dinheiro para compra de medicamentos, o representante legal do apelado compareceu novamente ao banco, onde foi informado que a conta seria liberada, mas a gerente geral do estabelecimento se apresentou e afirmou que o documento de identidade do cliente deveria ser renovado, por não parecer verdadeiro.c

Corregedoria promove quase 300 inscrições de casamento em ação social

A Corregedoria da Justiça do Maranhão realizou 271 inscrições de casais para participar de mais uma edição do projeto Casamentos Comunitários, que acontece no segundo semestre de 2015. As inscrições foram realizadas durante ação social realizada no último fim de semana, no Campus do Bacanga da Universidade Federal do Maranhão. Uma equipe de aproximadamente 60 juízes e servidores, coordenada pela corregedora Nelma Sarney, colaborou para prestar atendimento a mais de 500 cidadãos.

Do total de atendimentos realizados, pouco mais de 400 foram direcionados às inscrições do casamento comunitário. Os demais contemplaram orientações sobre direitos e, também, sobre a obtenção de Registro Civil de Nascimento.

De acordo com Rafael Duarte, coordenador das Serventias da Corregedoria, foram realizadas 271 inscrições para o casamento e emitidos sete registros de nascimento. Ele avalia como positivo o balanço das ações e destaca que o número de inscrições realizadas para o casamento reflete apenas aos interessados que compareceram com toda a documentação necessária, conforme amplamente divulgado. Duarte explica que o mesmo aconteceu com a certidão de nascimento, oportunidade que somente foi emitido o documento para crianças que estavam no prazo legal de obtenção da certidão.

As pessoas que foram atendidas e que não puderam ter efetivado o seu direito durante a ação, foram orientadas sobre quais procedimentos seguir. Em relação ao casamento comunitário, o coordenador informou que as inscrições serão reabertas ainda no mês de junho. A Corregedoria da Justiça deverá divulgar a data e os procedimentos que deverão ser obedecidos pelos interessados. A expectativa é que o número de inscrições ultrapasse o de 2014, quando cerca de 950 casais participaram da celebração.

Nelma Sarney disse que realizar esse tipo de serviço é ir além das restritas atribuições e competências legais em favor do interesse público. “Aqui nós temos a oportunidade de entregar todo o significado do que é ser um servidor público. Nossa presença consolida um trabalho que vem sendo realizado com foco no cidadão”, garantiu.

A corregedora lembrou que esta é apenas uma etapa para um evento maior, que será realizado ainda este ano. “Vamos, mais uma vez, fazer uma grande festa da cidadania, quando teremos a oportunidade de unir centenas de casais”, assegurou.

O Tribunal de Justiça também marcou presença na ação. Equipes de servidores prestaram orientações sobre a violência contra mulher e o funcionamento do centro de apoio às vítimas de violência, mantido pelo Poder Judiciário maranhense.

Fonte: CGJ-MA